

Escolhas linguísticas para construção textual argumentativamente orientada: contribuições de Ducrot

Ana Lúcia Tinoco Cabral¹

Resumo

O trabalho apresenta reflexões em torno das relações entre os estudos da argumentação na língua e os estudos do texto. A abordagem teórica relativa ao conceito de argumentação proposta nas análises associa os postulados de Ducrot (1980; 1984) de que a argumentação está presente na língua, a qual lhe concede os meios e lhe impõe os limites, mas considera também que as escolhas linguísticas estão a serviço de um querer dizer de um sujeito que atua em interação (Koch, 2004), está inserido em determinado quadro enunciativo, numa relação intersubjetiva (Kerbrat-Orecchioni, [1980] 1997 e 2005), e é, portanto, produtor de textos. A título de exemplificação, o trabalho apresenta a análise um texto publicado na mídia eletrônica abordando um tema de interesse social. Por meio das análises, o texto procura verificar como o estudo dos fenômenos textuais concernentes ao discurso de visada argumentativa se ancoram nas escolhas linguísticas e, portanto, aos fenômenos de língua.

Palavras-chave: Argumentação na língua. Pressuposição. Verbos. Texto. Construção de sentidos

Data de submissão: out. 2024 – Data de aceite: nov. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16450>

¹ Possui graduação em Língua e Literatura Portuguesas pela Pontifícia Universidade de São Paulo (1980); Mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (2000) e Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (2005). Realizou estágio de pós-doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França, do qual resultou o livro *A força das palavras dizer e argumentar* (Contexto, 2010). E-mail: altinococabral@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6417-2766>

Introdução

Ducrot (1977; 1984) dedicou-se ao estudo da argumentação como fenômeno linguístico; seu foco, ao longo de seus trabalhos, encontra-se na argumentação marcada na língua, de forma geral. Defendendo que as palavras da língua veiculam elas próprias argumentações, Ducrot (2004) declara preocupar-se especialmente com língua como meio verbal direto para influenciar o outro.

Observamos, no entanto, que, embora Ducrot não cuidasse da organização do discurso e defendesse a autonomia da argumentação linguística (Ducrot, 2004), postulando que “os encadeamentos conclusivos do discurso não constituem, enquanto tais, meios diretos de persuasão, nem mesmo meios parciais”² (Ducrot, 2004, p.20), ele próprio, neste mesmo trabalho de 2004, assumiu que argumentação linguística “pode servir à persuasão”, o que quer dizer que ela pode servir à argumentação no processo de construção textual, ponto de vista que temos defendido em nossos estudos, dedicados ao diálogo entre questões relativas à textualidade e aquelas concernentes à língua, procurando como os fenômenos gerais concernentes à argumentação na língua constituem elementos fundamentais para a análise e compreensão da argumentação nos textos, ou seja, na composição textual.

O pressuposto teórico que orienta este trabalho, constitui, em confluência com Ducrot et al (1980), a centralidade da argumentação. Conforme expusemos no parágrafo anterior, entendemos, com base nos postulados de Ducrot que a argumentação está na língua e que esta oferece inúmeras possibilidades de construção e impõe limites, conforme destacado por Autor (2013). Esse pressuposto nos conduz admitir que as escolhas linguísticas na composição textual são escolhas do produtor em conformidade com suas intenções, ou, de acordo com Koch (2004), correspondem a um querer dizer deste produtor que atua em determinado contexto de interação, numa relação intersubjetiva e inserido em um quadro enunciativo (Kerbrat-Orecchioni, ([1980] 1997 e 2005)

Essa abordagem teórica se volta para o fenômeno da argumentação, em especial as relações entre texto e língua na construção argumentativa que perpassa todo texto. Cuida de observar como os textos se organizam argumentativamente e qual o papel, na composição textual, das escolhas linguísticas dotadas elas próprias de uma argumentação que lhes é inerente (Ducrot, 1977; 1984). Os ensinamentos de Ducrot fornecem, pois, conhecimentos fundamentais para pesquisas textuais dedicadas à argumentação “pois nos mostram possibilidades de escolhas linguísticas para conferir maior força argumentativa a nossos textos” (Autor, 2010, p.139).

² Les enchainements conclusifs du discours ne constituent par, en tant que tels, des moyens directs de persuasion, même pas des moyens partiels (tradução nossa)

Este trabalho tem por objetivo verificar a importância das escolhas linguísticas, as quais trazem argumentações que orientam a construção de sentidos na construção argumentativa de textos, tendo como pressuposto teórico que as palavras da língua trazem, em seus significados, argumentações que orientam as conclusões possíveis (Ducrot, 1977; 1984). Para tanto, analisamos um exemplar de texto extraído da mídia digital. As análises focalizam a orientação argumentativa contida em palavras, em especial verbos, e sua importância para a construção textual argumentativamente orientada. O trabalho organiza-se em três partes, além desta Introdução e da Conclusão. Inicialmente, apresentamos os pressupostos da Teoria da Argumentação na língua, buscando mostrar como eles se articulam à construção textual; em seguida, abordamos o conceito de pressuposição, conforme postulado por Ducrot (1977; 1984), articulando-o à construção textual, e apresentamos algumas questões relativas aos verbos, como possibilidade de escolha linguística na composição textual; em terceiro lugar, apresentamos nossas análises, que buscam mostrar como as escolhas linguística argumentativamente orientadas articulam a construção de sentidos no texto.

1 A argumentação na língua e no texto

Temos defendido (Cabral, 2016a) que o estudo do texto se funda em um diálogo entre conceitos ligados a fenômenos concernentes à textualidade e fenômenos ligados à língua, na construção dos sentidos textuais. Considerando as escolhas linguísticas, entendemos que a argumentação está presente na língua, que oferece os meios e impõe limites (Ducrot, 1984) e defendemos, com esse pesquisador, a centralidade da argumentação. Na composição de um texto, o produtor realiza escolhas em conformidade com seus objetivos em um contexto específico de interação (Koch, 2004). Lembramos com Cabral (2016b, p. 145) que “produzimos textos o tempo todo para nos relacionarmos com os outros e com o mundo” em conformidade com nossas intenções que guiam nossas escolhas. Dessa para a organização da textual, ou, conforme a autora citada, “organizamos a materialidade linguística, construímos mundos, agimos, interagimos” (Cabral, 2016b, p.145).

A Teoria da argumentação na Língua, tal como a postulou inicialmente, na década de 1980, Ducrot (1977; 1984); em seguida, Anscombre e Ducrot (1997); posteriormente Ducrot e Carel (2008), no fim do século XX e início do século XXI; e atualmente Carel (2021) a desenvolve, restringe o escopo de interesse, conforme exposto inicialmente neste trabalho, à argumentação linguística, a qual, conforme Ducrot (2004), difere da argumentação retórica, que, dedicada à organização do discurso, situa-se no nível da composição textual.

Ducrot (2004) defende igualmente a existência de um conhecimento metalinguístico que permite aos falantes de uma língua produzirem e compreenderem determinados encadeamentos argumentativos já presentes, a título de representações estereotipadas, na significação das palavras do léxico. Esses encadeamentos consistem na argumentação linguística, dizendo respeito à argumentação que existe em cada palavra do léxico; por isso é que, para Ducrot (2004), a argumentação linguística é um meio verbal direto, enquanto a argumentação retórica precisa da organização textual por meio da qual se dá o processo argumentativo, consistindo em um esforço verbal para fazer crer alguma coisa.

É importante lembrar, no entanto, que a construção retórica da argumentação se dá por meio de tomadas de decisões por parte do produtor, que opera escolhas de ordem linguística, para atender seus objetivos enunciativos. Para tanto, o produtor de um texto recorre ao conhecimento metalinguístico mencionado no parágrafo anterior.

O fato é que, conforme Anscombre e Ducrot (1997), produção de um enunciado se dá pela intenção de produzir com ele algum efeito sobre os interlocutores, o que vai ao encontro inclusive do preceitos da argumentação Retórica, para a qual a argumentação tem a ver com efeitos de sentido que tocam o interlocutor. A esse respeito, vale lembrar os postulados de Kerbrat-Orecchioni ([1990]1998), para quem o uso da linguagem tem a ver com uma troca de propósitos. Essa pesquisadora ensina que, por meio das unidades lexicais, que são subjetivas, damos sentido ao mundo, criamos uma realidade discursiva com a qual interagimos. (Kerbrat-Orecchioni, [1980]1997); elas são, portanto, argumentativas. Isso se faz por meio de textos.

2 Texto e escolhas linguísticas para a argumentação

As pesquisas textuais na atualidade compreendem o texto como um processo que envolve intencionalidade, ou seja, um desejo de agir de alguma forma sobre o outro, o que implica intersubjetividade. Essa perspectiva encara a produção textual como uma ação voltada para o cumprimento de um objetivo argumentativo que contempla a possibilidade de usos da língua em contexto, ou seja, socialmente situados em processos de interação entre sujeitos e cognitivamente suportados.

O texto é resultado de um querer dizer que envolve um processo de construção de sentidos numa relação de interação, intersubjetiva portanto. Esse é um ponto de vista fundamentalmente pragmático que vai ao encontro do pensamento de Ducrot (1984), que, focalizando os fenômenos linguísticos, centra-se em identificar a orientação argumentativa das palavras e expressões linguísticas e postula que a língua “se apresenta fundamentalmente como o lugar do debate e do confronto de subjetividades”³ (Ducrot,

³ se presente fonadamentalement comme le lieu du débat et de la confrontation des subjectivités. (tradução nossa)

1984, p.31).

Seguindo ainda o posicionamento de Ducrot, vale observar que, em todo texto, “há uma série de informações não ditas para as quais o produtor deixa pistas, mas cabe ao leitor construí-las, ou reconstruí-las” (Lima e Cabral, 2023, p. 4). O texto traz, pois, inúmeros implícitos, pois, conforme Ducrot (1977), pois várias razões nos impedem de dizer tudo; elas têm a ver com as possíveis intenções do produtor, ou seja, dizem respeito a motivos diversos, de ordem argumentativa, sem desconsiderar o problema da extensão do texto. A construção e a reconstrução dos conteúdos implícitos no texto constituem um elemento importante para produção textual, para a compreensão e também para a argumentação.

Ducrot (1977; 1984) postula a existência de duas formas de implícitos: aquelas que introduzimos no discurso do exterior e aquelas que estão inscritas na língua de maneira mais direta.

Os implícitos que introduzimos no discurso, ou implícitos discursivos, dizem respeito à habilidade com que o produtor utiliza a língua (Ducrot, 1984). Muitas vezes, afirma-se algo com a intenção de que o leitor, com base no que está afirmado, chegue a alguma conclusão que não está dita, mas pode ser construída. Assim funciona o subentendido; trata-se, conforme (Ducrot 1984), de um conteúdo que está ausente do enunciado; é, segundo Ducrot (1984, p.20) “o que deixo para o meu ouvinte concluir”⁴:

Um procedimento banal, para deixar entender os fatos que não queremos assinalar de modo explícito, é apresentar, em seu lugar, outros fatos que podem parecer como a causa ou as consequências necessárias dos primeiros. Dizemos que o tempo está bom para fazer entender que vamos sair. (Ducrot, 1977, p. 15)

Cumpramos destacar o caráter intencional do emprego de subentendidos, uma estratégia bastante utilizada inclusive na composição textual. A esse respeito, é pertinente a afirmação de Lima e Cabral: “do ponto de vista textual, o conteúdo subentendido é planejado pelo produtor para que o leitor tire suas conclusões com base no que está dito” (Lima e Cabral, 2023, p.6).

O tipo de implícito que, segundo Ducrot (1977), não é discursivo, ou seja, está inscrito na língua, conforme exposto anteriormente, constitui a pressuposição. Para apreender o implícito da pressuposição é necessário recorrer ao significado da palavra ou da expressão linguística que contém o pressuposto, pois este está marcado linguisticamente e diz respeito à seleção de uma palavra que tem dois conteúdos em seu significado, um conteúdo posto dito de forma clara, e um conteúdo pressuposto, que deve ser reconstruído pelo interlocutor ou leitor. Como o conteúdo pressuposto está inscrito no

⁴ ce que je laisse conclure à mon auditeur (tradução nossa)

significado da expressão linguística (Ducrot (1977 e 1984), ele não pode ser negado pelo interlocutor, ou leitor, que é impelido a aceitá-lo; por isso é que “os implícitos nos permitem resguardar nossas intenções na medida em que eles nos protegem de protestos e de recusas” (Cabral, 2021, p.154).

A linguista Kerbrat-Orecchioni ([1986] 1998, p. 25) define pressuposto com sendo

“todas as informações que, sem ser abertamente postas, ou seja, sem constituir o verdadeiro objeto da mensagem, são, no entanto, automaticamente trazidas pela formulação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamente inscritas, seja qual for a especificação do quadro enunciativo”⁵.

A definição de Kerbrat-Orecchioni é bastante produtiva e nos permite compreender com clareza o postulado de Ducrot (1977; 1984) de que o reconhecimento do pressuposto não está ligado a uma reflexão individual do falante, mas inscrito na língua, ligado ao próprio enunciado, em cuja composição se deu a escolha do conteúdo pressuposto. Esse é o motivo pelo qual “qualquer locutor que sabe o português pode, em princípio, identificar os pressupostos” (Maingueneau, 1996, p. 93), pois, o que entra em jogo no reconhecimento do conteúdo pressuposto é o conhecimento linguístico do interlocutor/leitor.

Conforme Cabral (2013), com base nos postulados de Ducrot (1977 e 1984), a respeito do pressuposto, quando o produtor de um texto utiliza conteúdos pressupostos, ele constrange o leitor a aceitar aquele conteúdo, uma vez que, esse conteúdo coloca o diálogo na hipótese de que o conteúdo já é de conhecimento do leitor, sendo, pois “o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga os participantes do diálogo (Cabral, 2013, p.198). A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni ([1986] 1998) pondera que os conteúdos pressupostos parecem emprestados de um discurso anterior. Essa condição do pressuposto está relacionada à lei do encadeamento postulada por Ducrot (1984, p. 92): “A informação pressuposta é apresentada como não devendo ser o tema do discurso ulterior, mas apenas o quadro no qual se desenvolverá.”⁶ O pressuposto e o subentendido viabilizam que o produtor se exima da responsabilidade sobre o que disse, o que leva Maingueneau (1996) a advertir sobre o risco de uso desses fenômenos para fins manipuladores; essa possibilidade corrobora com a sua força argumentativa na construção de sentidos dos textos.

Várias construções previstas pela língua são portadoras de conteúdos pressupostos, como, por exemplo, os verbos de mudança de estado, ou os conhecidos auxiliares aspectuais, que pressupõem a interrupção de uma ação que vinha sendo praticada, ou, ao

⁵ “[...] toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif”. (tradução nossa)

⁶ Cf. o trecho original : “L'information présupposée est présentée comme ne devant pas être le thème du discours ultérieur, mais seulement le cadre dans lequel il se développera.”

contrário, o início de uma ação que não era praticada. Outro exemplo são os verbos factivos ou contrafactivos, que pressupõem a verdade (factivos) ou a falsidade (contrafactivos) do conteúdo exposto no complemento verbal (Cabral, 2021).

Os verbos, mesmo aqueles que não trazem conteúdos pressupostos, constituem uma categoria linguística que, conforme Kerbrat-Orecchioni ([1980], 1997), é muito útil para sinalizar as intenções do produtor. Eles servem para exprimir opinião, julgamento e sentimento, tendo, pois, uma importante função argumentativa. Cabral e Santos (2016) lembram que as ações ligadas aos sujeitos dos verbos pressupõem atributos desses sujeitos; trata-se de atributos que permitem construir uma imagem do sujeito, ao deixar implícito que ele é dotado de determinadas qualidades. O fato é que o verbo, como categoria responsável pela manifestação de ações, processos ou estados, agrega-se ao todo do enunciado e atribui valores não apenas ao sujeito a ele vinculado, mas também aos demais componentes do enunciado o que amplia os sentidos, contribui para a construção de representações, de imagens, de realidades, orientando argumentativamente os sentidos textuais.

É de se destacar, dentre as construções verbais, a passiva, portadora de sentidos e de função pragmática (Givón,[1984] 1990). Essa é uma construção prevista pelo sistema linguístico que implica efeitos de sentido dotado de força argumentativa. Conforme Dik (1997), várias razões motivam a escolha de uma construção na passiva em vez de uma na ativa, como, por exemplo, a isenção de responsabilidade por parte do enunciador relativamente à ação expressa pelo verbo, apresentando-se como obrigado a submeter-se a ela. Outra razão pode ser o desejo que promover a impessoalização do verbo, omitindo o agente, o qual, de acordo com Perini (1996, p.271), seria representado por “uma entidade animada não identificada”.

3 A argumentação por meio de verbos: as ações de indígenas na pandemia

Não há dúvida de que toda a população do país, do mundo, aliás, sofreu com a pandemia de Covid-19. No Brasil, se a situação foi também trágica para a população em geral, foi ainda mais devastadora para algumas comunidades, sobretudo aquelas já excluídas socialmente. Entre essas comunidades, encontra-se a população indígena, que para além da sua exclusão social, sofre também por seus membros serem mais vulneráveis a novas doenças advindas da sociedade dita civilizada. Para fazer frente a essa fragilidade, grupos humanitários fizeram muitos apelos para que o governo brasileiro tomasse medidas de proteção a fim de evitar a entrada do Corona vírus nas comunidades indígenas e a imprensa igualmente procurou dar voz ao problema, e voz aos próprios indígenas.

O texto analisado intitula-se *Rede de mulheres da Foirn apoia ação de doação de*

chás medicinais contra a Covid-19 e data de 02 de março de 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19, período em que, diante de muito sofrimento, muitas comunidades, no mundo e no Brasil, se organizaram para enfrentar localmente a tragédia de extensão mundial. Esse texto foi publicado no site do Instituto Socioambiental⁷ e aborda a ação de indígenas na prevenção e combate à Covid-19.

Cumprе esclarecer que, embora a atenção esteja centrada nos verbos, estes não ocorrem isolados no texto; eles articulam e constroem imagens dos sujeitos a ele ligados. Considerando escopo e o espaço deste trabalho, as análises centram-se em parágrafos que trazem ora as ações de indígenas, ora seus dizeres, verificando a orientação argumentativa e os efeitos de sentido das escolhas linguísticas, observando os fenômenos com base nos ensinamentos de Ducrot.

O texto relata a ação de uma mulher da comunidade indígena da etnia Tukano, dona Jacinta, que “passou cerca de uma semana preparando chá com plantas do quintal e da floresta” na sede da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira, preparando chás medicinais de tradição indígena. A Forin é uma associação civil sem fins lucrativos que representa 33 povos indígenas do Rio Negro. Considerando nosso interesse sobre as argumentações ligadas ao fenômeno da pressuposição e aos verbos e o foco nas comunidades indígenas, foram selecionados, para análise, excertos que contêm as ações da protagonista, dona Jacinta, ou dos indígenas em geral.

*A cozinha na sede da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, **foi tomada** por uma presença especial no final de fevereiro. A conhecedora tradicional Jacinta Sampaio, de 55 anos, indígena da etnia Tukano, **passou** cerca de uma semana **preparando** chás com plantas do quintal e da floresta utilizados no combate à Covid-19. Desde o início da pandemia, os indígenas da região do Rio Negro **recorreram** aos seus conhecimentos e práticas para o enfrentamento da doença.*
(grifos nossos)

O texto se inicia apresentando a ação foco da matéria: a preparação de chás para pela indígena dona Jacinta para distribuição à comunidade, com a finalidade de combater a Covid-19. A forma verbal inicial, que antecede a própria ação de preparo de chás e apresenta a protagonista, chama a atenção, por estar na passiva: *a cozinha da Federação das Organizações Indígenas do alto Rio Negro **foi tomada** por uma presença especial.*

Considerando que a forma passiva topicaliza o não agente, que se exime da responsabilidade da ação expressa pelo verbo, podemos inferir que essa forma verbal

⁷ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/rede-de-mulheres-da-foirn-apoia-acao-de-doacao-de-chas-medicinais-contra-a-covid-19> Acessado em 15/01/2024

argumenta em favor do conteúdo de que a presença de Dona Jacinta na Federação constitui uma decisão dela própria, ela agiu e a cozinha foi tomada. Desse ponto de vista, a construção verbal *foi tomada* tem um sentido muito próximo de uma invasão, tomar conta, apropriar-se de. Dona Jacinta assumiu, pois, o controle da cozinha, o que argumenta em favor da inércia das instituições em comparação aos indivíduos.

Os demais verbos dão conta da ação de dona Jacinta e dos indígenas e vêm na voz ativa: dona Jacinta **passou** uma semana **preparando** chás, os indígenas **recorreram** a seus conhecimentos e práticas desde o início da pandemia. Pode-se afirmar que essas escolhas verbais corroboram com uma argumentação em favor de que os indígenas atuam por conta própria, sem contar com ajudas institucionais, pois as ações expressas pelos verbos têm como sujeitos apenas dona Jacira e os indígenas.

Uma visita ao sítio em que se encontra a matéria em análise, permite observar algumas fotos que a compõem. Entre ela, destaca-se uma foto de dona Jacinta, cuja legenda afirma:

*Dona Jacinta **levou** a sabedoria da floresta a São Gabriel da Cachoeira. (grifos nossos)*

O verbo “levar”, seguido do substantivo “sabedoria”, para além de enunciar a ação de dona Jacinta, permite inferir que São Gabriel da Cachoeira não tinha a sabedoria da floresta, argumentando que dona Jacinta é responsável por essa sabedoria estar agora em São Gabriel da Cachoeira. Trata-se de um verbo de mudança de estado, de pressuposição (Ducrot, 1977; 1980 e 1984): esse verbo que “põe” que a sabedoria está presente em São Gabriel da Cachoeira, e pressupõe que anteriormente à chegada de dona Jacinta, essa sabedoria não estava presente. Destaque-se, no entanto, que São Gabriel da Cachoeira é uma cidade no Amazonas em que nove entre cada dez habitantes são indígenas. Uma parcela dessa população deve, pois, conhecer as tradições indígenas. Pode-se, por conseguinte, afirmar que o emprego do verbo cujo sentido traz um conteúdo pressuposto constitui uma escolha argumentativa de ordem textual, cujo propósito é reforçar o percurso argumentativo do texto.

Além de mostrar uma foto de dona Jacinta, a matéria também dá voz à protagonista da preparação de chás, por meio de seu depoimento em discurso direto:

*Dona Jacinta é moradora da comunidade Balaio, na BR-307, onde já vinha tratando os moradores. “**Vi** que a Covid-19 estava **avançando** somente na cidade. Na comunidade, muita gente **pegou**, mas **ninguém morreu**”, contou. Ela então **decidiu** distribuir os chás em São Gabriel. “**Vim** para **doar** o chá, **trazer** ajuda para **não deixar morrer**”, completou. (grifos nossos)*

Em sua fala, a escolha dos verbos coloca em evidência uma oposição entre a comunidade indígena e a cidade, ou a civilização, que é prejudicial aos indígenas que vivem na cidade. Na comunidade, as pessoas não morrem enquanto, na cidade, as pessoas morrem de covid-19, o verbo “avançar” é modificado pelo advérbio “somente”, de valor restritivo, que restringe o escopo da ação expressa pelo verbo a “na cidade”. Além disso, o emprego do verbo factivo “ver”, pela protagonista, pressupõe que o seu dizer corresponde à verdade, ou seja, que, de fato, na comunidade indígena as pessoas não morriam.

O segmento “não deixar morrer” enunciado pela protagonista, põe que as ações de dona Jacinta têm por objetivo evitar que indígenas morram, e tem como conteúdo subentendido, dado o contexto todo vivido pelo país na ocasião da pandemia de Covid-19, que, sem ela, os indígenas correm o risco de morrer. Também permite subentender que, embora o texto não apresente explicitamente a causa da discrepância entre o que ocorre na comunidade e o que ocorre na cidade, a diferença se deve ao fato de, na cidade, utilizarem outras formas de tratamento, diferentes dos tratamentos tradicionais da comunidade indígena, pois conforme o dizer de dona Jacinta:

*“Na comunidade muita gente **pegou**, mas **ninguém morreu**.”* (grifos nossos)

A dupla ocorrência de negação, ambas ligadas ao verbo morrer, inicialmente com “ninguém morreu” e, em seguida com “não deixar morrer” reforçam a argumentação em favor da sabedoria indígena para enfrentar o vírus que faz as pessoas da cidade morrerem.

Na continuidade do texto, a escolha dos verbos novamente reforça a argumentação em favor dos conhecimentos tradicionais indígenas:

*Somente quem tem conhecimento prévio **deve preparar** as misturas. No caso do fel de paca, por exemplo, **é utilizado** uma quantidade mínima para não fazer mal. Dona Jacinta **prepara** o chá mais leve, pois já **conhece** as substâncias e **sabe** que algumas delas, em quantidades inapropriadas, **podem ter** efeitos colaterais.* (grifos nossos)

Destaca-se, logo no início do parágrafo, a forma deôntica “deve preparar” ligada à obrigação, em vez da forma ligada à permissão, como, por exemplo, “poder”, que seria menos impositiva. Essa forma deôntica do verbo preparar, aliada ao advérbio de valor restritivo “somente” que abre o parágrafo, impõe restrições ao preparo do chá. A forma impositiva é mais forte do ponto de vista argumentativo do que a permissão, e implica uma imposição relativamente a uma ação futura (Ducrot, 1984), a proibição de realização por parte daqueles que não têm o conhecimento. O conhecimento é reservado a poucos e a prática decorrente dele também. No contexto do desenvolvimento da matéria, quem detém o conhecimento são as comunidades indígenas tradicionais, representadas, na situação

específica, por dona Jacinta. Ela é quem “conhece” as substâncias e sabe que algumas delas podem ter efeitos colaterais em determinadas circunstâncias. É possível afirmar que os verbos utilizados argumentam em favor de uma imagem de dona Jacinta como detentora de um conhecimento, de um saber tradicional e não banal, o que lhe confere um estatuto de superioridade, sendo possuidora da competência para “preparar” o chá.

Na continuidade do texto, expõe-se a rotina da comunidade indígena no combate à Covid-19

*Enquanto espera o chá ferver, Dona Jacinta conta como foi a experiência da comunidade Balaio no combate à Covid-19. Segundo ela, no início da crise, os indígenas **ficaram** em suas casas, sem **participar** da rotina de **dividir** refeições ou **receber** visitas. Foram cerca de três meses bastante isolados. Nesse período, **não tiveram assistência** ou informação adequadas. Somente uma equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (Dsei-ARN) os **visitou** na primeira fase da pandemia para fazer testes. Algumas pessoas testaram positivo, indicando que a doença já havia chegado até lá, mesmo com o isolamento. (grifos nossos)*

A rotina da comunidade indígena de onde provém dona Jacinta é apresentada por meio de verbos que enunciam o que eles foram impedidos de fazer por conta do isolamento imposto pela pandemia Covid-19: sem participar da rotina que consistia em dividir refeições e receber visitas. Ao apresentar como algo que eles ficaram sem fazer durante a pandemia, deixa-se implícito que anteriormente à pandemia eles tinham esses hábitos: dividir refeições, receber visitas. O texto constrói a representação de uma comunidade unida, de convivência, que dividia refeições. É também uma comunidade que recebia visitas.

O emprego do verbo visitar cujo sujeito é “uma equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (Dsei-ARN)” que “os visitou na primeira fase da pandemia para fazer testes”, permite inferir que as visitas a que refere a reportagem eram visitas assistenciais do poder público ou de entidades não governamentais de assistência. As visitas, segundo a matéria, ficaram restritas e uma ocorrência na primeira fase da pandemia. Reforça esse conteúdo, a informação de que “não tiveram assistência”, com emprego da negação, assim como o verbo “participar” antecedido da forma negativa “sem”, e o advérbio de restrição “somente”. Esse conjunto de valor negativo textualiza o abandono da comunidade indígena por meio da negação ligada aos verbos. Com base nesse conteúdo, é possível inferir que a comunidade indígena constitui uma comunidade abandonada pelas instituições públicas.

É também uma comunidade com receio daquilo que vem de fora, como a pandemia, ou os tratamentos da civilização, conforme enunciado mais no fim do texto:

*Ela explica que, entre os indígenas, **causa** grande temor o tratamento de casos graves da Covid-19, com a intubação. Sem perspectiva de cura, eles **buscaram** se proteger utilizando seus próprios conhecimentos. “Por isso, a Covid não **encosta** em nós, não **ataca** muito. **Ataca** pouco. **Vimos trazer** ajuda **para não morrer**. Esse foi meu pensamento”, afirmou Dona Jacinta. Segundo ela, a Covid-19 acabou **resgatando e fortalecendo** os conhecimentos tradicionais. “Se não fosse a pandemia, **poderíamos ter perdido** alguns deles”, contou. (grifos nossos)*

O verbo “causar” tem sentido de motivar ou provocar algum fato (Houaiss; Vilar, 2011); o dicionário traz exemplos de fatos negativos como complementos desse verbo, assim como ocorre na matéria. O tratamento de casos graves da Covid-19 causa “grande temor” na população indígena. Essa afirmação reforça o emprego dos conhecimentos ancestrais para o enfrentamento da doença, o que, segundo o dizer de dona Jacinta tem como resultado que “a Covid não encosta em nós, não ataca muito. Ataca pouco”. O emprego da negação para os verbos encostar e atacar tendo como sujeito “a Covid” enunciam a certeza da potência dos tratamentos utilizados pelos indígenas. Essa potência é reforçada pela atenuação do sentido do verbo “atacar” seguido do advérbio atenuador “pouco”. Pode-se afirmar que dona Jacinta confia nos tratamentos ancestrais e não confia nos tratamentos da civilização que vive na cidade, pois eles “causam grande temor”.

Cabe destacar igualmente que, ao enunciar que indígenas “buscaram se proteger utilizando” seus próprios conhecimentos constitui uma informação relativa a uma ação tomada pelos próprios indígenas a qual reforça os parágrafos anteriores que destacaram os conhecimentos tradicionais. Esse valor é reforçado no dizer de dona Jacinta, quando, em discurso direto, ela reafirma que “vimos trazer ajuda para não morrer”, o que argumenta novamente em favor da importância dos conhecimentos indígenas e da força de união entre eles. Além disso, a repetição de “para não morrer” permite construir o conteúdo subentendido que eles estão abandonados pelo poder público; pode-se afirmar que tanto a matéria e como o dizer de dona Jacinta argumentam na direção de que os indígenas estavam abandonados, e iriam morrer sem essa ajuda.

A argumentação muda de direção no fim da fala de dona Jacinta, trazendo um novo olhar: “Se não fosse a pandemia, poderíamos ter perdido alguns deles”. O dizer da protagonista mostra uma visão positiva da pandemia, colocando-a no lugar daquela que resgata e fortalece os conhecimentos tradicionais. É possível afirmar que o dizer de dona Jacinta desloca a argumentação em relação à pandemia, para uma direção diferente do senso comum, na direção do que há de positivo nessa tragédia: o resgate de tradições.

A fala da cunhada e ajudante de dona Jacinta encerra o texto estabelecendo uma dicotomia entre a comunidade que vive na floresta e a comunidade que vive na cidade:

Kátia Vasconcelos acredita que viver na floresta também ajuda na recuperação. “Lá

*na comunidade **não tem** água gelada, **não tem** ar condicionado, ventilador. Essas coisas **fazem mal** para quem está com Covid-19. E ficar comendo frango e arroz aqui na cidade, também não é bom. Lá a alimentação é melhor, mais tradicional”, defendeu. (grifos nossos)*

A escolha dos verbos, no excerto que corresponde ao dizer de Kátia, a auxiliar da protagonista serve para evidenciar a oposição entre a comunidade indígena que vive na mata e a comunidade que vive na cidade, ressaltando os aspectos negativos da vida urbana por meio da negação do verbo *ter*, cujos complementos mostram os confortos da vida urbana ausentes na floresta. Essa ausência é, conforme o dizer de Kátia diferencia positivamente a comunidade indígena da floresta relativamente às possibilidades de recuperação. O argumento é que “água gelada”, “ar condicionado”, “ventilador” “fazem mal para quem está com Covid-19. Trata-se de um argumento forte, que, para além de argumentar em favor da vida na floresta para a superação da Covid-19, e por conta dessa superioridade, argumenta em favor da superioridade da comunidade indígena como um todo em comparação com a comunidade urbana, ou seja, a dita civilizada, que goza das comodidades da vida na civilização. Pode-se inferir que esse depoimento final corrobora a intenção que perpassa o texto de expor a comunidade indígena como culturalmente superior à comunidade urbana.

Conclusão

No desenvolvimento do texto, foi possível observar, por meio de verbos e dos diversos sentidos construídos por meio de sua utilização, a construção de uma representação dos indígenas, como aqueles que se ajudam entre si, inclusive para proteger seus pares da morte, como dona Jacinta. Eles são participativos da comunidade, são solidários, dividem refeições, por exemplo, têm um saber, conhecem as tradições, preparam medicamentos, resgatam as tradições, lutam de forma positiva nos momentos de crise. Essa imagem positiva contrasta, no texto, com a imagem da civilização urbana dita civilizada, que, embora pouco mencionada no texto, é referenciada sempre como aquela que não cuida, não se faz presente, abandona. Esses sentidos se constroem, não apenas, mas também por meio dos verbos portadores ora de conteúdos implícitos, pressupostos ou subentendidos, ora de julgamentos, ora opiniões, ora ações positivas, ora ações negativas, ora acompanhados de intensificadores, ora de atenuadores, ora de negações. A análise dos verbos no desenvolvimento da reportagem nos permitiu confirmar como as palavras da língua trazem em si argumentações e como as escolhas linguísticas constituem um fenômeno fundamental para a argumentação na composição textual.

Este trabalho é uma singela homenagem a Ducrot, que nos deixou em 2024, pela

sua contribuição para os estudos linguísticos, em especial para os estudos da argumentação, pelas suas ideias, pela sua atuação como pesquisador, como professor respeitoso, inclusivo e acolhedor.

Linguistic choices for argumentatively oriented textual construction: Ducrot's contributions

Abstract

This article reflects upon the connection between studies on language argument and text studies. The theoretical approach, regarding the argument concept proposed in the analyses, is grounded in the principles postulated by Ducrot (1980; 1984) that argument is present in the language, which, at the same time that provides it with ways, also imposes limits; by considering the linguistic choices as a means for the “desire of expression” of an individual that interacts while acting (Koch, 2004), being inserted in a particular enunciative framework, and having an intersubjectivity relationship (Kerbrat-Orecchioni, [1980] 1997 e 2005); thus responsible for texts production. As an example, the study brings a text analysis, taken from electronic media addressing a topic of social interest. Through such analysis, the research verifies how the study on textual phenomena, concerning discourses aimed at arguing, is anchored in the linguistic choices, i.e., in the language phenomena.

Keywords: Argumentation in language. Presupposition. Verbs. Text. Meaning Making

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude ; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1997.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Aula XIII A pressuposição na ADL. IN : BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUÇ, Corentin; Machado, Julio Cesar [Orgs.] *Curso de semântica argumentativa*. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021, p. 153- 168.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Argumentação na língua e argumentação no texto. *Intersecções Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais Centro Universitário Padre Anchieta Jundiá/SP Graduação e Pós-Graduação em Letras*, 2016a, p. 26-40. <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/intersecoes/pdf/intersecoes-ano-9-numero-1.pdf>

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Texto e Argumentação nas Redes Sociais: planos de texto, sequências textuais e estratégias linguísticas. IN: FERREIRA, Fernando Aparecido; LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo; PERNAMBUCO, Juscelino. *O texto: processos, práticas, abordagens teóricas*. Franca: Unifran, 2016b, p. 143-168

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Ducrot. IN: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.) *Estudos do Discurso perspectivas teóricas*. São Paulo, Parábola, 2013, p. 183 – 208.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SANTOS, Leonor Werneck dos. Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. *Revista Conexão Letras*, Número Temático, 15. UFRGS, p. 25-40. 2016. <http://seer.ufrgs.br/conexaoletas>

CAREL, Marion. La présupposition dans la TBS. IN : BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUC, Corentin; Machado, Julio Cesar [Orgs.] *Cours de sémantique argumentative*. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021, p. 163-173.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar part 1*. Berlin/NewYork: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, Oswald. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. IN : DOURY, M. e MOIRAND, S. (org) *L'argumentation aujourd'hui* Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.

DUCROT, Oswald . Critères Argumentatifs et Analyse Lexicale. *Langages*. Paris : Larousse, n. 142, p. 22-40, 2001.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald *et al.* *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

DUCROT, Oswald & CAREL, Marion . Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje* . Porto Alegre : EDIPUCRS, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

GIVÓN, Talmy. *Syntax-a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, [1984]1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, [1980] 1997.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales 1*. Paris: Armand Colin [1990] 1998.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'implicite*. Paris: Armand Colin [1986] 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIMA, Nelci Vieira de; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Conectividade e argumentação na microtextualidade: implícitos e construção de sentidos. *Revista da Anpoll*, 54(1) e1888, 2023, p. 1-12. <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1888>

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.